

Tertúlia: “Os Direitos dos Militares em Democracia”

A Associação de Praças (AP) levou a cabo no passado dia 12 de abril uma tertúlia com o tema “Os Direitos dos Militares em Democracia”, onde estiveram presentes figuras do direito e da área militar.

É claro que o tema em questão por ser transversal à sociedade portuguesa, fez com que diversas opiniões difundidas naquele espaço, tivessem importância acrescida pelo facto de poderem ser passadas para a população em geral, transmitindo a ideia fulcral que os Militares não olham apenas para «o seu umbigo», mas sim que tudo o que fazem e pensam tem como objetivo primordial a defesa dos seus direitos e os do Povo Português, do qual eles emanam. Poder-se-á pensar que aos Militares está amputado o direito de se exprimir, fazendo com que cidadãos de farda sejam meros apêndices da e para a sociedade. Nada mais errado.

Esta mistificação arrasta a sociedade Portuguesa para tempos idos, podendo até colocá-la ao nível do século XIX, onde nada era permitido ao Povo, que estava subjugado aos poderes instalados.

Como diz a Constituição da República Portuguesa (CRP), lei fundamental do País, à qual os Militares juraram defender se necessário com o sacrifício da própria vida, no número 1 do artigo 37 na parte I, Direitos e deveres fundamentais, “Todos têm o direito de se exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.” e em seguimento o número 2 do mesmo

artigo afirma, “O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.”

Ora, nem mais nem menos do que a Associação de Praças tem defendido junto das mais variadas entidades com responsabilidades no âmbito militar, e faz junto dos seus Associados para que não exista receio na defesa dos seus direitos, e foi o objetivo da tertúlia que realizou.

Chegados aqui, temos o que resultou da tertúlia.

Dentro dos vários discursos que tiveram lugar destacamos dois pela sua atualidade e importância para a família militar, e pelo facto de estarem muito diretamente ligados ao tema em questão.

Como todos sabemos os Militares estão bastante limitados nos seus direitos através de legislação própria. Contudo, esses direitos não podem nem devem ser omitidos por quem tem o poder de decidir e não devem ser abandonados por quem tem o direito de os defender.

Quanto à parte dos que têm o poder de decisão, é importante que não esqueçam que ao cortar direitos aos Militares, está-se a desonerá-los dos deveres que estão inerentes à condição militar. Vejamos o exemplo da saúde.

Ao permitir que os Militares sejam abrangidos pelo serviço nacional de saúde, como qualquer cidadão ou ao fazer com que a esposa e filhos do Militar sejam obrigados a dirigirem-se a um qualquer hospital público, sem menosprezar os técnicos que lá trabalham nem tão pouco pretender afirmar que se é mal





atendido nesses hospitais, e não a um hospital das Forças Armadas, um Militar em comissão fora da sua zona de residência, vê-se isentado de cumprir as funções que lhe estão atribuídas por não lhe estar a ser concedido o direito à sua saúde e à da sua família. Este exemplo é paradigmático na área dos direitos e dos deveres que estão associados aos Militares, quanto mais não seja pelo simples facto de que uma das leis que nos estão sistematicamente a ser apontadas quando aventamos os nossos direitos, é a lei número 11/89 - Bases Gerais da Condição Militar, que estabelece os direitos e os deveres a que os Militares estão obrigados.

O artigo 2º dessa lei caracteriza a condição militar em nove alíneas, onde em oito estão consagrados deveres e em apenas um estão inscritos os “especiais direitos, compensações e regalias, designadamente nos campos da Segurança Social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação”. Mais à frente no mesmo articulado, é garantido aos militares e suas famílias um sistema de assistência e proteção, incluindo assistência sanitária e apoio social.

Sendo nós, Militares, o garante da Constituição da República Portuguesa e cumprindo as Leis que nos são impostas, devemos exigir a quem tem o poder de decisão, o cumprimento das Leis que consagram os direitos à população Militar.

Outro dos assuntos que muita polémica causa, e causou na tertúlia, é quando é que devemos e podemos discutir sobre assuntos relacionados com política, essa palavra que tantos constrangimentos nos causa e que por vezes faz com que se ostracizem

alguns camaradas que se atrevem a falar dela.

Foi referido na tertúlia quando e como podemos falar de política. Referiu-se até, a diferença entre apartidário e apolítico.

A CRP define claramente que as Forças Armadas são rigorosamente apartidárias e que nenhum dos seus elementos se pode aproveitar da sua arma, posto ou função para qualquer intervenção política. Fazendo uma rápida incursão pelos dicionários verificamos que para apartidário a definição é «que não segue um partido; distingue-se de apolítico: todo o apolítico é apartidário mas nem todo o apartidário é apolítico». Para apolítico o mesmo dicionário define «o que é estranho à política».

Ora, política é a vida. Política é o preço do pão, do leite, do peixe, da eletricidade, do gás, política até é aquilo que se fez na tertúlia: discutir sobre um determinado assunto sem qualquer tipo de tabus, logo não temos que ser estranhos naquilo que nos diz respeito.

E é aqui que se diferencia um apartidário de um apolítico.

Nós Militares não podemos ser filiados em qualquer partido político, logo somos apartidários, mas não nos peçam para sermos tão inócuos ao ponto de não discutirmos sobre as matérias que influem decisiva e diretamente nas nossas vidas, pois discutir sobre a retirada dos subsídios de férias e de Natal, não é ser partidário é outrossim ser proactivo naquilo que nos diz respeito.

É falar de política quando referimos isto? É.

Coloca em perigo a coesão das Forças Armadas? Não!